



Scribd

TIROTTI
PERÍCIAS JUDICIAIS E AVALIAÇÕESSCS Quadra 1 Bloco E - Edifício Ceará - sala 111
Ata Sul - Brasília/DF
fone: 61.30389358 / 4042-2392 / 9 6130-0097
www.tirotti-periciasjudiciais.com.br

Diante de todas as convergências encontradas, bem como, ausência de vestígios decorrentes de alterações ou a utilização de deepfake, os peritos concluem pela veracidade do vídeo questionado e a identificação de Padre Júlio Lancellotti como sujeito do vídeo.

Vídeo explicativo disponível em:
<https://www.dropbox.com/uaswz06bzlyov2g4v3z6mx&dl=0>

Vídeo com resumo
do laudo



Página 79 - Parecer Técnico Audiovisual

Ver No Scribd**No documento. finalizado agora**



Onias Informática, Perícias e Investigações Científicas Ltda.
CNPJ nº 10.292.600/0001-24 Av. Engenheiro Cactano Álvares, 530 Cj. 3 Limão
www.onias.com.br perito@onias.com.br (11) 3855 2417 (11) 989 474 237

Parecer Técnico – Pericial

Exame em Vídeos

Perito:

Onias Tavares de Aguiar
Rg 5.135.569

Perito Criminal do Estado de São Paulo no período 1982-2007

Formado pela: **ACADEMIA DE POLÍCIA DE SÃO PAULO**

www.onias.com.br

perito@onias.com.br

Ver No Scribd



Com a repercussão do caso, a revista *piauí* divulgou uma

reportagem em que se lixe o



Onias Informática, Perícias e Investigações Científicas Ltda.
CNPJ nº 10.292.600/0001-24 Av. Engenheiro Caetano Álvares, 530 Cj. 3 Limão
www.onias.com.br perito@onias.com.br (11) 3855 2417 (11) 989 474 237

Assim, s.m.j., independente do material ser parte de uma investigação particular e até a suposição de que o "menor M.N.R." seja apenas um agente fictício criado para conduzir a investigação em questão, tratar-se de possível ocorrência prevista no Art. 241- D da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente).

Consigne-se ainda que não é função pericial e deste trabalho a investigação sobre se o perfil do "menor M.N.R." é "fake" ou não, pois tal competência esta atrelada a investigações oficiais produzida por agentes Policiais e/o Judiciários, denuncia a qual o relator sugere em razão da evidente possibilidade da prática de crime prevista em lei já citada.

Conclui-se que os vídeos não foram adulterados e nem alvo de qualquer manipulação.

Trate-se de vídeos autênticos, onde ressaltamos tratar-se de um trecho de 60 segundos de um vídeo maior o qual não foi apresentado para análise.

Este laudo vai impresso no anverso de 172 folhas deste papel.

São Paulo, 31 de outubro de 2020.

Onias Tavares de Aguiar
Perito

Ver No Scribd

